



Anais da Assembléia

Nº 117

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 116.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 1.980.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Camargo e Lineu Turra.

AS 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Mansur, José Tavares, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Cyro Martins, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Quielise Crisóstomo e Wilson Fortes (27). Em licença o Sr. Deputado João Elísio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 1933/80, do Senhor RENATO ANTONIO JOHNSON, Secretário de Estado do Interior, que acusa o recebimento do Ofício n.º 1630/80, pelo qual Vossa Excelência comunica aprovação de Requerimento do ilustre Deputado GABRIEL MANOEL, no qual solicita um Voto de Louvor, pelo trabalho desenvolvido naquela Secretaria de Estado. Ao tempo em que o Secretário agradece a Vossa Excelência, ao Deputado Gabriel Manoel e aos seus Dignos Pares. Ciente, Arquite-se.

Emenda:

EMENDA

Ao Projeto de Lei de Reclassificação do Funcionalismo do Poder Executivo.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

“Art. ... — Os cargos da Secretaria de Estado das Finanças que integram a Classe Única de Auxiliar de Serviços diversos, nível 4; de Auxiliar de Escritório, nível 12 e de

Auxiliar de Serviços Profissionais, nível 18, pertencentes à Parte Suplementar do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, cujos atuais ocupantes, classificados pelo Decreto n.º 1.856, de 28 de janeiro de 1.980, preencheram os requisitos previstos pela Lei n.º 7.051/78, poderão ser transformados, respectivamente, para as classes de AF-4-A; AF-4-B e AF-4-C, do Grupo Ocupacional “TAF”.”

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980.

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Dentre os atuais servidores classificados nos cargos da Classe Única de Auxiliar de Serviços Diversos, nível 4; Auxiliar de Escritório, nível 12 e de Auxiliar de Serviços Profissionais, nível 18, da Secretaria de Estado das Finanças, de acordo com o Decreto n.º 1.856/80, grande parcela está habilitada a desempenhar as atribuições do Grupo Ocupacional “TAF” (Tributação, Arrecadação e Fiscalização) da Coordenação da Receita do Estado.

Evidentemente, a esses servidores seriam destinados os cargos da classe inicial de Agente Fiscal, ou seja: AF-4-A; AF-4-B e AF-4-C, após a comprovação da escolaridade mínima exigida bem como os demais requisitos necessários para o exercício desses Cargos.

Como a presente emenda está sendo apresentada, neste momento, apenas a título de sugestão, a sua redação poderá ser alterada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a fim de atender essa justa reivindicação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, sugestão no sentido de que altere temporariamente para uma jornada contínua, o horário de trabalho nas repartições públicas estaduais viáveis, enquanto perdurar a crise com a importação do petróleo e visando colaborar com a economia recomendada pelo Governo Federal neste setor energético.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980

a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora estamos propondo, vai levar ao Governo do Estado a dar o exemplo na economia de combustível e derivados do petróleo, nesta fase difícil que estamos passando em nosso País.

Além do mais poderá conscientizar mais seriamente o povo a racionar principalmente gasolina, cuja medida vem sendo tão recomendada pelo Governo Federal.

Evitaremos também que nossas fontes de produção sejam diretamente afetadas num futuro próximo, exigindo medidas drásticas de racionamento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam expedidos ofícios aos Excelentíssimos Srs. Ney Amin-

thas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado e Ingo Henrique Hubert, digníssimo Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, solicitando que a rede d'água do Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora, passe para aquela companhia.

A solicitação em tela, se prende às grandes dificuldades que a Prefeitura Municipal de Nova Aurora vem tendo com a administração daquela rede d'água, o que não virá a acontecer com uma companhia especializada como é a Saneapar.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980.

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 137/78, de sua autoria, que visa a criação do Distrito Administrativo de Ibiracema, no Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980

a) Fuad Nacli.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 138/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antonio da Platina" — APAE — com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980

a) Palácios.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade vem prestando relevantes serviços no campo da filantropia e da assistência social, principalmente no auxílio da criança excepcional junto à Comunidade de Santo Antonio da Platina.

Com isso, temos certeza que o presente projeto de lei merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 139/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Missionários Servos dos Pobres, entidade de fins filantrópicos, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980

a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A documentação em anexo comprovam que a entidade em pauta preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, razão pela qual espera-se a sua aprovação unânime.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Helmuth Kirinus e da Senhora Onilda Kirinus. É um prazer recebê-los no Poder Legislativo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O pessimismo dos assalariados deste País confronta-se com o otimismo do Governo. A cada dia que passa as classes subalternas reivindicam por seus direitos e clamam por melhor situação de vida. Mas, os políticos do Governo vendem seu otimismo, coagem os que protestam e contestam, ameaçando novamente enquadrá-los como subversivos.

Acuado pela maré montante do custo de vida e da inflação, o Governo ainda tenta chamar a todos a assumirem a responsabilidade pelo que seu modelo econômico, social e político gerou neste fabuloso País.

Os miserabilizados operários da construção civil têm contra si a polícia, os pelegos, as autoridades e os políticos representantes do sistema. Os canaviais têm contra si a polícia, os pelegos sindicais e políticos, a Delegacia do Trabalho e a Polícia Federal.

Os professores têm contra si toda a burocracia sofisticada da Secretaria da Educação, os comandos políticos do partido oficial, o Governo e quem sabe, logo, a polícia.

Os estudantes têm contra si, os professores pelegos, a autocracia universitária, a provocação policial e o governo com seus fantásticos programas de educação.

Vivemos momentos dramáticos da vida nacional e alguns políticos pretendem tutelar até o pensamento da oposição, naquilo que ele tem de representativo do movimento social e econômico de nossa sociedade.

Cada dia aparecem problemas mais graves, do custo de vida, do movimento financeiro nacional que procura acompanhar a inflação, da política social do Governo, e das condições de vida de nosso povo.

O leite, a carne, as tarifas dos serviços públicos, os salários são notícias diárias. Uns porque sobem muito; estes porque não acompanham o ritmo e a velocidade de nossa crise.

Para um País que tem a metade da população passando fome, a política alimentar do Governo é muito coerente com o modelo econômico em vigência. Enquanto a população passa fome, o Governo prevê e provê os lucros para as grandes empresas que monopolizam o mercado brasileiro.

Não se pode falar em cassandras da política, nem em pessimismo subversivo. Os fatos aí estão, correntes.

Se o Brasil é um País viável — e nós acreditamos nisso — o sistema econômico e social brasileiro é inviável. E o sistema econômico que obriga e sustenta o modelo político.

Cada manhã o brasileiro acorda para saber quais são as respostas que o Governo pretende dar à crise e às tensões. E se desespera que a solução encontrada pelo Governo é inteiramente diferente da esperada. Não são respostas para os problemas do povo brasileiro; são respostas aos grupos que são os intermediários dos bens e serviços necessários à sociedade.

A Nação hoje está dividida entre um grupo maior, a maioria esmagadora do povo, e um grupo de empresários e tecnoburocratas. O povo está pessimista, esperando apenas a hora da implosão nacional; o Governo vai levando sua política de grupos até que encontre novas fórmulas econômicas e políticas para distender seus prazos de ocupação do Governo.

Os otimistas hoje são vistos como privilegiados, como pessoas que têm interesses em manter a atual situação até os limites possíveis. Caminhamos para um iminente desastre, do qual, entretanto, ninguém se salvará."

Porque, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, hoje, 03 de outubro de 80, faz exatamente 20 anos, que, pela última vez, o povo escolheu seu Presidente da República.

Tínhamos, naquela oportunidade, Sr. Presidente, 15

milhões e 500 mil eleitores, nesta Nação, para uma população de 66 milhões de brasileiros. A última vez!

Hoje, temos 120 milhões de brasileiros, com quase 50 milhões de eleitores e o povo não é chamado às urnas para escolher seu Chefe maior.

Por isso, Sr. Presidente, que achamos, e concluimos, que o sistema que aí está, se não for liquidado por sua incompetência, se não for liquidado pela podridão em que se encontra entalado, breve morrerá decrépito, impotente, abandonado, e até, quem sabe, pela justiça das mãos brasileiras.

Agradeço, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento neste teor: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, para que fornecesse, através da Secretaria da Agricultura, um documento hábil, através do qual o Governo do Estado do Paraná assume o compromisso de, caso por caso, ficarem as áreas submetidas ao tratamento do cancro cítrico, totalmente liberadas, no prazo de dois anos.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980

a) Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

Teremos, em meados deste mês de outubro, mais uma etapa da erradicação do cancro cítrico na região de Jacarezinho e Cornélio Procopio.

A Secretaria da Agricultura, procurando tranquilizar os produtores, informa que dentro de dois anos a área será totalmente liberada para o plantio.

Ocorre que há mais de 20 anos os produtores daquela região estão vivendo das promessas.

O Estado do Paraná precisa tomar uma posição radical em relação a erradicação do cancro cítrico no Norte do Estado.

O Paraná já sofreu prejuízos incalculáveis e precisa tomar uma posição contra as pressões e os interesses de outros estados e mesmo de outras nações.

Sabemos que São Paulo, detentor do monopólio da produção de laranja, tem interesse na erradicação dos cítricos paranaenses. Sabemos também que, grupos multinacionais estariam por trás de todas essas manobras, visando prejudicar os produtores do nosso Estado.

O que se comenta é que altas autoridades federais teriam pressionado a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de que esta autorizasse a nova etapa da erradicação.

Já que o nosso Governo se curva diante de pressões do Governo Central, que pelo menos dê uma garantia aos produtores, fornecendo a cada propriedade afetada pela erradicação, um documento no qual o Estado se compromete a, dentro de 2 anos, liberar as áreas para o plantio.

E justificamos, Srs. Presidente, porque teremos, agora, na metade do mês de outubro, mais uma etapa da erradicação do cancro cítrico na região de Jacarezinho, de Cornélio Procopio.

A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, procurando tranquilizar os produtores informa que, dentro de 2 anos, a área afetada será liberada para novo plantio.

Acontece que há mais de 20 anos os produtores daque-

la região têm ouvido essas promessas do nosso Governo:

O Estado do Paraná precisa tomar uma posição radical, com relação a erradicação do cancro cítrico, no Norte do Estado.

O Paraná já sofreu prejuízos incalculáveis. E precisa tomar uma posição contra as pressões e os interesses de outros estados e mesmo de outras nações.

Sabemos que o Estado de São Paulo, detentor do monopólio da produção de laranja, tem interesse na erradicação dos cítricos paranaenses.

Sabemos também que grupos multinacionais estariam por trás de toda essa manobra. E há tempos esses grupos multinacionais vêm prejudicando o Estado do Paraná.

Até aí se poderia pensar: um assunto a mais que é levantado da tribuna. Ocorre que há um detalhe muito importante e que cria essa intraquillidade em todos nós. O que se comenta é que autoridades federais teriam pressionado a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de que esta autorizasse a nova etapa de erradicação do cancro cítrico no Estado do Paraná.

Teria havido pressão de um Ministério de Brasília, porque, segundo apuramos, o Secretário da Agricultura não queria assinar o acordo para essa nova etapa de erradicação, mas foi obrigado, foi pressionado a agir assim.

E já que o nosso Governo se curva diante das pressões do Governo Central, que, pelo menos, dê uma garantia aos nossos produtores, fornecendo a cada propriedade afetada pela erradicação, um documento pelo qual o Estado se compromete, a, dentro de 2 anos, liberar essas áreas para um novo plantio.

O que não se pode aceitar é baixar a cabeça diante das pressões que vêm de Brasília, do Palácio do Planalto, de qualquer Ministério. Os produtores estão cansados de serem ludibriados, espezinhados. E o Paraná está perdendo divisas com esse tal cancro cítrico, uma doença inventada por grupos multinacionais, por fortes grupos paulistas, e o Governo do Estado do Paraná baixa a cabeça e manda derrubar novamente na região de Cornélio e Jacarezinho, os cítricos daquela região.

É preciso levantar um pouco a cabeça, onde é que está a moral desse Governo do Estado do Paraná? Do seu Secretário da Agricultura, em aceitar determinações de um Del-fin Neto da vida?

Era isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós acabamos de ouvir, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Fiori Luiz que, expondo evidentemente o seu pensamento com respeito a campanha de erradicação do cancro cítrico, colocou de forma em que deixa em dúvida o posicionamento e a ação da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Mas, nós discordamos do nobre Deputado em parte, com relação a aceitação das imposições do Ministério da Agricultura, para erradicação do cancro cítrico.

Desejo esclarecer que a Secretaria da Agricultura, antes de iniciar a campanha, quando ainda estava embrionário o planejamento ou o plano para esta campanha, a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná impôs algumas condições ao Ministério da Agricultura para que essa campanha trouxesse, realmente, os benefícios. E, uma das formas, seria de que as áreas imediatamente atacadas fossem em seguida liberadas ao novo plantio, e o que nós queremos, e aqui me coloco ao lado do nobre Deputado Fiori Luiz, é que o Governo Federal, além de liberar as áreas de imediato, após a campanha,

conceda aos produtores do Paraná os mesmos benefícios que vêm concedendo aos produtores paulistas. Porque senão, nós apenas teríamos efeitos danosos em nossas regiões e teríamos, em nossas regiões, apenas um efeito de cobaias do Ministério da Agricultura.

Mas, devo aqui testemunhar, há 120 dias atrás estivemos não só com o Secretário da Agricultura mas com engenheiros agrônomos da área, que essa campanha seria feita dentro dessas imposições e que, entre outras exigências da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná que não baixou sua cabeça mediante às solicitações do Governo Federal, tomando até uma atitude de coragem, teve daí a cessão pelo Ministério. E essa campanha será efetuada dentro das concessões que o Ministério fez, das exigências da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Portanto, era meu dever vir aqui, discordar em parte, como já disse, das palavras do nobre Deputado Fiori Luiz e, deixar patente, registrado, testemunhado de público, que a ação da Secretaria da Agricultura e do nobre Secretário Deputado Federal Reinhold Sthefanes, deixar de público, o nosso apoio e o nosso elogio à sua forma de trabalho porque ele não curvou a cabeça, mostrando que o Paraná tem, nesta Pasta, um homem de coragem e que, mediante a solicitações e o planejamento feito, ele só não desencadeou antes a campanha porque queria que essas exigências do Governo do Estado do Paraná fossem cumpridas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Hoje nós estamos subindo nesta tribuna para exaltar a data de amanhã.

Amanhã, sábado, 4 de outubro é o Dia do Poeta.

Quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, eu tive a honra de, no dia 7 de março de 78, instituir, ou criar um projeto de lei que visasse homenagear o poeta, e fixar a data de 4 de outubro para as homenagens.

A Lei Municipal foi sancionada de 29 de dezembro de 1.978, e tomou o número 5.973. Quando assumi a cadeira neste Parlamento, dei entrada a um projeto de lei no dia 4 de outubro de 1.979, criando, a nível estadual, o Dia do Poeta. Também dia 4 de outubro.

A lei foi sancionada pelo Governador Ney Braga no dia 27 de dezembro de 79 e tomou o número 7.288, portanto, 4 de outubro, amanhã, Dia do Poeta, Dia de São Francisco de Assis, o santo dos poetas, o poeta dos santos, o pobrezinho de Assis, o mais rico dos pobres, o poeta dos passarinhos e das crianças.

Não tenha dúvida que é um dia alegre, mas é um dia alegre mas triste também, porque a data não está sendo valorizada. Porque os órgãos responsáveis pela educação do nosso povo não estão preocupados em divulgar e exaltar os nossos poetas. Nós, quando criamos a lei, citamos na justificativa de que seria lógico uma exaltação ao poeta na sua data, com divulgação dos poetas paranaenses através dos estabelecimentos escolares, com trabalhos em escolas, com palestras sobre poesia.

Mas, na verdade, o progresso irreal acabou matando um pouco a poesia e gera isso desânimo e incerteza. Nós aqui estamos solicitando aos Srs. Secretários de Esporte e Cultura e de Educação, para que pelo menos no próximo ano venham a se lembrar que a data existe. Que existe uma lei municipal e que existe uma lei estadual, fixando 4 de outubro como o Dia do Poeta.

Uma frase do Vasco José Taborda, que é Presidente da Academia Paranaense de Letras, do Centro de Letras do Paraná, e Presidente Perpétuo da Academia de Letras José de Alencar. Ele diz: "Poetas são como homens de sonhos, mas também vivem a realidade dos tempos em que vivemos, sofrendo e rindo com toda a humanidade".

E é verdade. Hoje o homem anda muito cansado. O homem não pergunta e já quer resposta; não dá amor e já quer amor; mas não soube divisar que a única coisa que não cansa é o amor e a poesia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JOSÉ TAVARES — Fará uso da palavra, Sr. Presidente, o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De repente eclode Santa Helena traduzindo a gravidade e o desespero das desapropriações e inundações do Estado. Soma-se a isso recente crise na sojaicultura com o problema da guerra do confisco. O Paraná no impasse com a produção do milho e a suinocultura e a avicultura diante do seu pior período de realizações. A cafeicultura na antevéspera da falência. Há pouco, Deputados colocando o problema do cancro cônico, que há vinte anos se combate e se promete a erradicação em dois anos e os dois anos vão para vinte.

A Cotriguaçu espera uma resposta e o Paraná e o Brasil estão a devê-la. Os professores se articulam no Estado diante de diversos problemas da classe e o momento é realmente de intranquilidade social. O vencimento dos funcionários públicos a indagar: como enfrentar esta situação sem a correção semestral, sem o abono e sem outras medidas?

O Paraná sente-se não ter voz junto à União. Nós concluímos que não adianta fazer a propaganda do futuro investindo num otimismo duvidoso.

Mas o Instituto Gallup publica sua última pesquisa e dá dimensão da contínua e elástica distância entre o Governo e o povo, não só os resultados entre os meses de maio e agosto como, e principalmente, os entre agosto de 79 e agosto de 80 atestam, sobremaneira, a desaprovação ampla, geral e irrestrita da população para com a bioncidade governamental dos estados.

Anteriormente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tínhamos alguns expoentes negativos no País. Quando se falava em desprestígio de Governadores, logo se evidenciava e vinha à mente as figuras de Paulo Maluf e do piauiense Governador de Minas, Francelino Pereira. Todavia, em pouco tempo, as pesquisas foram se generalizando, com significativo revés para os interventores no confronto com a opinião pública. Mais do que nunca é a sentença popular, é o povo desaprovando, Sr. Presidente. Desaprova Maluf como desaprova Ney Braga. Desaprova Amaral de Souza como Marcos Maciel. Desaprova também Francelino Pereira.

Sr. Presidente, não resolve o Presidente da República, ou os líderes de maioria, falarem em maiorias neste País, quando as pesquisas de opinião pública as desacreditam. A avaliação recente é o veredito popular. Os vassalos, empolgados pela escolha arrogante e monopolizada pelo poder central da República, precisam ter o mínimo de humildade e fazer reflexão sobre tais resultados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não adianta cercar a oposição, muito menos tentar impedir sua presença na opinião pública. De nada mais vale evitar a divulgação de teses e trabalhos oposicionistas pela grande imprensa falada, escrita ou televisionada. Não adianta este cerceamento. A Nação, Sr. Presidente, o povo, já não mais precisam de estímulos para raciocinar em cima do descalabro político-administrativo em que estão os estados, em que está a União.

Ora, Sr. Presidente, quando as estatísticas provam em poucos meses a queda do conceito popular de 5% só do nosso Governador, o momento é de se refletir mais. E neste aspecto, que se dizer do amanhã, pois o horizonte traduz perspectivas de ampliação da crise geral. E, antes de tudo, é uma crise política onde os usurpadores do poder, os carreiristas, os políticos viciados, a incompetência, chegou ao processo de saturação. E estamos enfrentando, como na Física, a fadiga dos metais.

Ora, Sr. Presidente, a opinião pública não quer mais dar lugar a esse tipo de política e aos seus representantes oficiais. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nada vale tentar manipular essa última estatística do Instituto Gallup. Todos, sem exceção, estão em queda crescente no conceito popular. E isso a cada dia que passa, por certo será maior. O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Nelson Friedrich, quero inicialmente cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade do seu pronunciamento nesta manhã.

Sem dúvida alguma, o que Vossa Excelência traz à tribuna nos leva a um momento de reflexão porque exatamente hoje, nobre Deputado Nelson Friedrich, faz 15 anos que o povo do Paraná, pela última vez foi consultado para escolher seu Governador de Estado.

Faz 15 anos que o arbítrio implantado nesta Nação não deixa o povo comparecer às urnas e escolher o seu mandatário estadual.

Se nós analisarmos bem, é esta gente que manipula todos os dados de pesquisa pública, porque detém o controle da imprensa na mão, nobre Deputado. Então, de nada adianta nos parlamentos brasileiros, nas assembleias, e inclusive aqui nesta Assembleia, determinados Srs. Deputados do Partido Situacionista quererem ser o censor das palavras dos homens da oposição nesta Casa. De nada adianta se querer tapar o sol com a peneira. A história registra os fatos e ela fará justiça, nobre Deputado.

Com toda censura que queiram impor às palavras dos homens da oposição, temos certeza de que o povo está tomando conhecimento efetivo, está tendo ciência efetiva, dentro do que se passa na Nação brasileira, principalmente aqui no Estado do Paraná. De nada adianta querer se enganar e dizer que o Governador atual, o Interventor atual, Ney Braga, detém o maior índice de opinião pública junto ao povo brasileiro. Porque eu gostaria que fosse feita esta consulta ao povo, através das urnas. Mas eles têm medo das urnas; eles sabem é manipular dados muito bem em seus gabinetes. Mas um dia a justiça se fará valer nesta Nação e se fará valer neste Estado, fazendo com que o povo volte a escolher seus governadores e volte a escolher o Governador do Paraná, legitimamente eleito pelo povo e não sendo nomeado por uma camarilha que se encontra em Brasília, desde 1.964.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, Deputado. E que na verdade as suas palavras também evidenciam o atestado real da distância que hoje existe entre o aparelho do Governo e o povo brasileiro.

E o autoritarismo, realmente tem a sua maior responsabilidade exatamente neste quadro. Como modificar, como alterar? Repito, não há necessidade e nem resolveria obstruir a presença das teses oposicionistas, ou das nossas críticas, dos

veículos de informação no Brasil; muito acima do que possa a oposição estar dizendo, pregando ou fazendo referência, o povo está sentindo; e aí o descrédito; daí o descontentamento, portanto, vem a desaprovção.

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Presidente João Baptista Figueiredo, ao Governo do Estado do Paraná, as lideranças, inclusive, deste Estado, as lideranças políticas em especial, da maioria, precisam se debruçar sobre dados reais como estes, como quando o Instituto Gallup, nessa sua última pesquisa, mede a dimensão elástica desta distância entre povo e Governo.

Teria alguma solução, hoje, o Estado, o poder político, que está no Governo, teria a medida, teria algum projeto para cativar o povo do Paraná, como o Governo Federal, o povo brasileiro, e minorar esse distanciamento? Como, sem romper exatamente com essa tradição de autoritarismo, de bioncidade, que faz com que falsas lideranças ocupem periodicamente postos, na medida em que usurpam o poder que só o povo pode dar.

Mas, Sr. Presidente, vale aqui evidenciar, enfim, que menos do que ouvir e sentir as opiniões do que nós estamos vendo por aí, é preciso que os governantes, e os homens que lhes dão sustentação, também saiam à rua, não só para ouvir, mas que também, de maneira vertical, possam se imbuir de uma nova ação política, tentando se alterar este quadro; ao menos ouvir e sentir opiniões dos que até o presente não tiveram o direito para opinar.

Ora, Sr. Presidente, quando se nomeiam governadores, presidentes da República, e se coloca toda uma máquina para, muitas vezes, projetar a política fisiológica, o que nós temos nesta República, do que apenas alguns iluminados, que acham que têm a pré-destinação de tutelar os 120 milhões de brasileiros.

Mas, antes que seja tarde, antes que essa reprovação seja também ampla em todos os setores políticos do País, é preciso que façamos uma reflexão, uma auto-crítica, e uma auto-análise, para que se coloque efetivamente nos trilhos este caminho que precisamos caminhar, porque, na verdade, a pesquisa prova e coloca a nú esta super-estrutura dominante no País, mas que não convence mais ninguém.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o paranaense vê o seu Estado sem respostas; o brasileiro encontra-se diante da Nação, questionando cada dia mais, não só as autoridades, como a ação governamental e a ineficaz do autoritarismo durante todos estes anos.

Ora, Sr. Presidente, será possível que nem esta pesquisa do Instituto Gallup fará com que nossos governantes reflitam esta realidade?

Sr. Presidente, repito para concluir: de nada vale a Oposição vir a esta tribuna denunciar, defender teses, apresentar alternativas, quando o Governo se torna insensível, e os que sustentam este Governo também querem tapar os ouvidos para não ouvir, e fechar os olhos para não enxergar.

Também repito: não importa cerceamento dos oposicionistas nos veículos de informação, porque sabemos também da presença do Governo na grande empresa jornalística do País. Isso não importa, quando o povo não precisa mais de estímulos para raciocinar de que, como está, não pode continuar.

Reflitam, portanto, e que os biônicos que receberam a repulsa popular, possam, daqui para frente, melhor ponderar o seu ato e a sua política, para que o desastre não seja ainda maior, antes que seja tarde demais.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que regimentalmente lhe é concedido.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (Soam os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 96/80, de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. **Junte-se ao Projeto.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/80, (Mens. Goven. n.º 50/80), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão, e conservação de prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede dos referidos Municípios. **Encerrada a Discussão.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 49/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados em 14 e 15 de julho de 1.979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os Municípios de Enéas Marques e Munhoz de Mello, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação dos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 50/80, (Mens. Govern. n.º 54/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Nova Santa Rosa, visando a realização e melhoria dos serviços locais da

competência do Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN. **Encerrada a Discussão.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 50/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de março de 1.980, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Município de Nova Santa Rosa, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/80, (Mens. Goven. n.º 56/80), que aprova o Termo de Convênio consubstanciado em Protocolo de Intenções, celebrado entre o Governo do Estado, através de Órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da bacia do Rio Ivaí. **Encerrada a Discussão.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Resolução n.º 51/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de julho de 1.980, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, a Empresa de Portos do Brasil e a Companhia Paranaense de Energia, consubstanciado em Protocolo de Intenções, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da bacia do Rio Ivaí.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 43/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 64/80, que denomina "Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi", a Rodovia Pr-170 partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão até Guarapuava. **Encerrada a Discussão.**

REDAÇÃO FINAL
Projeto de Lei n.º 64/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada Rodovia Engenheiro TANCREDO BENGHI, a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão, até Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98/80, que declara de Utilidade Pública o “Hospital e Maternidade de Morretes”, com sede e foro na Cidade de Morretes. **Encerrada a Discussão.**

REDAÇÃO FINAL
Projeto de Lei n.º 98/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES, com sede e foro na cidade de Morretes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs.

Governador do Estado e Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que a rede d'água do Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora, passe para aquela Companhia. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão no sentido de que altere temporariamente para uma jornada contínua, o horário de trabalho nas repartições públicas estaduais viáveis. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que fornecesse, através da Secretaria da Agricultura, um documento hábil, através do qual o Governo do Estado assume compromisso de, caso por caso, ficarem as áreas submetidas ao tratamento do cancro cítrico, totalmente liberadas, no prazo de dois anos.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a segunda-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 50 e 51/80, e de Lei n.ºs 43,64 e 98/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 59, 86, 92 e 128/80

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 170/78, 48, 103 e 110/80.

Levanta-se a sessão.